

[Handwritten signature]



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
17 DE JULHO DE 2018

N.º 14/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: José Manuel Moreira Lopes. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

	Pág.
1 – Proposta apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
2 – 5.ª Caminhada Noturna de Santa Marta de Penaguião – Felicitação apresentada pelo Senhor Vereador do Partido Socialista, Prof. Urbano Salgueiro Vidal	6
3 – Festas em Honra de Santa Bárbara – São João de Lobrigos – Comunicado do PSD: PSD Solidário com o povo de Lobrigos.....	7

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Homenagem aos Militares Falecidos nas Ex-colónias Portuguesas – Rampa Santa Marta – Passeio Sénior – Proposta do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	11
--	----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

2 – Financiamento da Contrapartida Nacional de Projetos com Comparticipação de Fundos Europeus – Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos	14
3 – Financiamento de Projetos de Investimentos – Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos	15
4 – A PODIUM EVENTS, S.A. – “80 VOLTA A PORTUGAL SANTANDER” – Emissão de Parecer.....	16

Serviços de Tesouraria

5 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 29 de junho a 12 de julho de 2018.....	17
--	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Maria Lúcia Cardoso Lourenço Melo – União das Freguesias de Louredo e Fornelos.....	18
--	----



- 7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Marília Elisabete Azevedo Nogueira Laranjeira – União das Freguesias de Louredo e Fornelos..... 20

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

- 8 – Comissão de Festas em Honra de S. Lourenço – Vila Maior – Pedido de Subsídio..... 22
- 9 – Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – Pedido de Participação Financeira..... 24

Serviço do Desporto

- 10 – Prova de Ciclismo “Circuito Santa Marta” – Protocolo com o Clube BTT Trilhos de Penaguião..... 25
- 11 – Centro Cultural e Desportivo de Fontes – XI.ª Xassos Urban Cup – Pedido de Participação Financeira..... 26

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 12 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 27



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Proposta apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD,
Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte proposta: -----

----- 1.1 – “Período antes da ordem do dia. -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem no período de antes da ordem do dia, apresentar o seguinte assunto: -----

----- Durante os primeiros meses deste mandato autárquico, aprovei as propostas deste executivo que versavam o reforço das transferências para as freguesias, também neste período não votei com a admissão de pessoal, considerado necessário para os diferentes serviços municipais. Esta decisão deveriam corresponder, no meu ponto de vista, a uma melhoria substancial da organização dos serviços prestados às populações do concelho. -----

----- Contudo, assistimos diariamente a uma inércia que se vai instalando, em que os tempos de resposta às solicitações, seja por requerimento, seja na prestação de serviços diretos, que são cada vez menos eficazes e eficientes. Esta insuficiência, que nossa opinião é inaceitável, e carece urgentemente de uma revisão da estrutura organizacional do município, alteração de algumas das atuais rotinas em estreita colaboração com as freguesias, revisitando-se alguns dos regulamentos existentes, e acima de tudo dando cumprimento aos prazos neles vertidos. Sempre tendo como objetivo final a celeridade processual, a imparcialidade, a informação completa e correta que os cidadãos têm constitucionalmente direito, devendo ser apanágio de uma boa administração pública e condizente com a desmaterialização burocrática que a era do digital assim exige. -----

----- Dando um exemplo concreto de descoordenação, mas sem enumeração nominal de substantivos próprios, aconteceu durante a semana passada uma cerimónia fúnebre de um cidadão penaguiense, em que estiveram presentes cerca de cinco centenas de pessoas para

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 17 de julho de 2018



assistir à referida cerimónia, na sua maioria professores, cuja sensação de indignação generalizada não poderei deixar de aqui reproduzir. -----

----- No momento que se ia realizar o sepulcro, estava presente um único coveiro. Tendo-se verificado que as dimensões necessárias da campa eram manifestamente insuficientes, ou seja, não existiu coordenação e organização, houve falta de informação suficiente, para que o ato acontecesse naquele momento. Foi necessário encontrar utensílios, noutros locais, para a demolição parcial da campa, que durou mais de uma hora, levando muitos dos presentes a abandonar o local como forma de protesto e outros por cansaço. -----

----- A imagem que o município deve transmitir a todos os cidadãos, sejam residentes ou visitantes, deverá ser global, de máxima abrangência a todos os serviços e atos que ocorrem no nosso território. -----

----- Por estes factos, proponho que esta Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, apresente uma proposta, no prazo de 45 dias, para que sejam acauteladas situações como esta que acabei de relatar, nomeadamente, garantir a existência de uma equipa permanente, que sirva toda a nossa área administrativa territorial, constituída por um coveiro e dois ajudantes, instruídos de regras mínimas de formação sobre esta área em concreto, incluindo todos os equipamentos necessários, fardamento identificativo, e acima de tudo de regras comportamentais éticas e de respeitabilidade, durante o momento em que o ato ocorre. Tratando-se de um momento solene e de dor sentida por todos, por um ente querido que parte, deve a administração estar à altura das circunstâncias e prestar todas as diligências necessárias para que situações como esta não se voltem a repetir, porque está em causa a imagem do concelho, dos seus administradores e das suas gentes. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 17 de julho de 2018. -----

----- O vereador, Ass: Daniel Teles -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles.” -----

----- Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara, disse: -----

----- “1. O assunto em questão não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Trata-se de um cemitério paroquial que é administrado pela respetiva Junta de Freguesia. -----

----- 2. Lamentamos o oportunismo político e a falta de seriedade política, mais uma vez



demonstrados pelo Senhor Vereador ao fazer considerações depreciativas sobre a organização dos serviços municipais, quando não lhes cabe qualquer responsabilidade. -----

----- 3. A proposta apresentada não faz, pelo exposto, qualquer sentido, sendo totalmente descabida da realidade funcional destes espaços e demonstrativa da ignorância do seu autor quanto a esta matéria. -----

----- 4. Concluimos, remetendo o assunto em questão para quem de direito que é a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel, São João Batista) e Sanhoane, para os efeitos tidos por convenientes.” -----

**5.ª Caminhada Noturna de Santa Marta de Penaguião –
Felicitação apresentada pelo Senhor Vereador do Partido
Socialista, Prof. Urbano Salgueiro Vidal**

----- 2 – O Senhor Vereador do Partido Socialista, Prof. Urbano Salgueiro Vidal, apresentou a seguinte felicitação: -----

----- “Parabéns por todo o trabalho, cuidado, empenho e dedicação que contribuíram para o sucesso deste evento. -----

----- Como vereador da câmara municipal e participante na 5.ª caminhada noturna de Santa Marta de Penaguião, permitam-me senhor Presidente da Câmara, Luís Reguengo Machado, senhora vice-presidente Sílvia Fonseca Silva, senhor vereador José Manuel Moreira e toda a comissão organizadora, reconhecer com muita consideração, estima, respeito e apreço pelo trabalho tão sabiamente realizado, que deixa marcas fortes neste concelho de Santa Marta de Penaguião, que agradece e nunca esquecerá. -----

----- Santa Marta de Penaguião, 17 de julho de 2018. -----

----- O vereador, Ass: Urbano salgueiro Vidal -----

----- (Urbano Salgueiro Vidal).” -----



**Festas em Honra de Santa Bárbara – São João de Lobrigos –
Comunicado do PSD: PSD Solidário com o povo de Lobrigos**

----- 3 – Comunicado do PSD - Partido Social Democrata de Santa Marta de Penaguião: -----

----- “PSD SOLIDÁRIO COM POVO DE LOBRIGOS -----

----- COMUNICADO -----

----- O Partido Social Democrata de Santa Marta de Penaguião vem pelo presente comunicado manifestar a sua solidariedade e posicionar-se ao lado Comissão de Festas de Santa Bárbara, de São João de Lobrigos, e de todos os Lobricenses, que com elevado sentido de responsabilidade e de forma desinteressada trabalharam arduamente durante os anos de 2017 e 2018 para a realização desta festividade. -----

----- Como é do conhecimento de toda a população do concelho de Santa Marta de Penaguião, a atuação do grupo musical, prevista para o dia 30 de junho de 2018, foi cancelada e agendada para o dia 7 de julho de 2018, ou seja, para o sábado seguinte. Este adiamento deveu-se às condições climáticas adversas que ocorreram nesse fim de semana, impedindo a realização da atuação deste grupo musical e a conclusão da Procissão no dia de domingo. -----

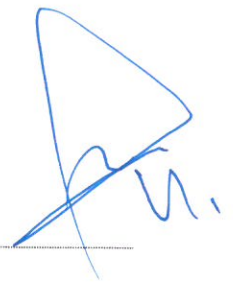
----- Os representantes da Comissão de Festas em Honra de Santa Bárbara foram chamados para uma reunião na Câmara Municipal, no dia 5 de julho de 2018, a menos de 48 horas do evento, na qual o Sr. Presidente e a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal ordenaram expressamente o cancelamento daquele espetáculo musical, com o propósito de não prejudicar a adesão da população à 5ª Caminhada Noturna à Serra do Marão, organizada pela Câmara Municipal. -----

----- Dos comportamentos do Sr. Presidente Luís Machado e da Sr.ª Vice-Presidente Sílvia Silva extrai-se o seguinte: -----

----- a) Prepotência e arrogância. -----

----- b) Desinteresse pelas Festas em Honra de Santa Bárbara, pois se assim não fosse teriam tido conhecimento que aquele espetáculo musical foi anunciado e agendado para o dia 7 de julho de 2018, uma semana antes da sua realização. -----

----- c) Subvalorização deste evento organizado à custa da boa vontade, suor, esforço, dedicação e empenho do Povo de Lobrigos, em detrimento das iniciativas organizadas pelo Município com dinheiros públicos.” -----



----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Machado, apresentou o documento com seguinte teor, que foi subscrito pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr.ª Sílvia Silva, José Manuel Moreira e Prof. Urbano Vidal: -----

----- “Sobre o comunicado do PSD publicado na sua página cumpre: -----

----- 1. Os representantes da Comissão de Festas não foram chamados à Câmara Municipal. Um representante (Sr. Armindo Peixoto) é que se deslocou por iniciativa própria no dia 5 de Julho, por volta das 10:30 horas, à Câmara para pedir informação sobre quem deu a ordem para levantar a relva. -----

----- Foi-lhe comunicado pelo Gabinete de Apoio à Presidência que a informação pretendida não lhe seria dada individualmente mas sim à Comissão de Festas. -----

----- O Sr. Armindo Peixoto informou que só poderia vir ele próprio e a “Nelinha”, em horário laboral. Foi-lhe dito que poderiam vir a qualquer hora. Foi agendada, decorrente da iniciativa deste representante, reunião para as 21:30 horas do mesmo dia. -----

----- Repete-se que a Câmara Municipal não teve qualquer iniciativa, nem fez qualquer convocatória ou pedido de reunião. -----

----- 2. Da reunião não resultou qualquer adiamento da atuação do grupo musical. O adiamento foi posteriormente decidido em reunião da Comissão de Festas e comunicado via SMS ao Presidente da Câmara no dia seguinte por volta das 8:30 horas. Informam-se os mais distraídos que no dia em questão, quinta-feira, já estavam inscritos para a caminhada noturna mais de 1000 participantes. Pelo que não é verdade que a atuação do grupo musical prejudicasse de forma significativa a adesão ao evento municipal, tal como é sugerido pelo PSD. Ou seja, na hora da reunião já havia mais de 1000 participantes, estando por isso assegurado o sucesso do evento, e tal facto foi comunicado na mesma reunião à Comissão de Festas. -----

----- 3. Resulta da explicação acima descrita que não existiu qualquer tipo de prepotência e arrogância, pois não foi pelo executivo municipal, nem pela União de Freguesias solicitada qualquer alteração. Unicamente foi manifestado o nosso desencanto com a falta de consideração de se ter agendado um evento coincidente com um evento municipal. E se fosse ao contrário? Alguém acharia bem que a Câmara Municipal marcasse um evento no mesmo dia de um qualquer evento em qualquer lugar do concelho? Fica a pergunta. -----

----- **Acresce lembrar calendário:** As Festas em Honra de Santa Bárbara têm lugar no primeiro fim-de-semana do mês de Julho. A Caminhada Noturna à Serra do Marão no segundo



domingo a seguir ao São Pedro, normalmente no segundo fim-de-semana de Julho. É oportuno perceber o que são sobreposições. -----

----- 4. Por último importa relatar os factos: -----

----- No dia 5 de Julho, pelas 10:30 horas deslocou-se à Câmara Municipal um representante da Comissão para obter uma informação. Daqui resultou a reunião com atrás está relatada. -----

----- **Na reunião:** -----

----- O representante da Comissão queria saber quem mandou levantar a relva sintética, é muito importante esclarecer que ninguém pediu a relva para dia de sábado, 7 de julho. Pelo que a relva foi tardiamente levantada, pois não havendo atividade no espaço do Espírito Santo, na segunda-feira, dia 2 de julho, a mesma deveria ter sido levantada e lavada, tendo em conta o mau tempo que se fez sentir no fim-de-semana. -----

----- Assim, o levantamento da relva foi uma ação normal de gestão, pois não existia qualquer pedido. Acresce o facto de a sua utilização estar previamente prevista para a Caminhada Noturna, aliás, como veio a acontecer. -----

----- **Importa registar:** a explicação foi aceite unanimemente e não houve sequer uma pergunta. Por parte dos membros da comissão de festas. Todos confirmaram que não houve qualquer pedido de cedência da relva para o dia 7 de Julho, sábado. -----

----- Posteriormente foi pelo Presidente da Câmara manifestado o descontentamento da Câmara Municipal pela falta de consideração ao ser agendado o evento para um dia em que já estava marcado um evento municipal. Foi dito que a decisão no sábado à noite é perfeitamente aceitável, tendo presente a situação de pressão que os comissários estavam a sofrer. Tal já não é aceitável que no domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira seguintes e só na quinta-feira e, porque foi levantada a relva, é que se deslocaram à Câmara Municipal. -----

----- **Descontentamento porquê?** -----

----- 1. Porque marcar eventos simultâneos não é a política deste executivo e sempre pugnamos para que tal não aconteça. -----

----- 2. Porque em reunião preparatória com a Comissão de Festas, a Câmara Municipal acedeu a todos os pedidos sem exceção. -----

----- 3. Porque a Câmara Municipal enviou uma equipa de limpeza durante uma semana para São João de Lobrigos. Consideração e asseio. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 17 de julho de 2018



----- 4. Porque em anos anteriores, como é do conhecimento das respetivas Comissões de Festas, a Câmara Municipal sempre foi solidária nas dificuldades, aliás, como com todas as comissões de festas do concelho. -----

----- 5. E último, porque no final da reunião a comissão foi unânime no pedido de desculpa pelo sucedido, e a reunião terminou com um Porto de Honra, com todos, como é apanágio de Santa Marta de Penaguião. -----

----- **Conclusão:** -----

----- 1. A Câmara Municipal não convocou nenhuma reunião. Acedeu a um pedido individual sugerindo que a informação pretendida deveria ser dada à Comissão de Festas, tal como todos concordaram. -----

----- 2. Não foi pedido e muito menos ordenado a alteração de datas de atuação do grupo musical. -----

----- 3. Na reunião não foi alterada nenhuma data. No final da reunião a atuação do Grupo Musical continuou a estar agendado para o dia 7 e saímos todos da reunião com essa data. -----

----- 4. A alteração da data foi decidida posteriormente em reunião da Comissão de Festas e comunicada a decisão de adiamento sem data e posteriormente no dia 10 de julho foi comunicada a data de 17 de Agosto de 2018. -----

----- Por tudo o que está exposto repugnamos veemente a falta de seriedade política, oportunismo partidário, falta de rigor e verdade que a Comissão Política do PSD patenteou no comunicado emitido. -----

----- Este tipo de atuação é demonstrativo do caráter dos seus autores. -----

----- O Presidente e Vereadores eleitos pelo Partido Socialista.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, acrescentou o seguinte: -----

----- “Tendo presente que o Senhor Vereador Daniel Teles, depois de ouvir as explicações, afirmou que o conteúdo do comunicado era verdade, foi desafiado pelo Presidente da Câmara para uma reunião conjunta com a Comissão de Festas para desfazer as dúvidas com todos presentes. -----

----- O Sr. Vereador recusou terminantemente. Este comportamento é revelador da coragem e seriedade política do Sr. Vereador, já diz o povo: “Quem não deve não teme”. -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Homenagem aos Militares Falecidos nas Ex-colónias

Portuguesas – Rampa Santa Marta – Passeio Sénior

– Proposta do Senhor Vereador do PPD/PSD,

Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – Presente à reunião uma proposta do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentada no “Período Antes da Ordem do Dia”, da reunião realizada no dia 03 do corrente mês de julho, com o seguinte teor: -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem no período de antes da ordem do dia, apresentar os seguintes assuntos: -----

----- Ponto um -----


----- Tendo conhecimento que foi apresentada uma proposta para homenagear os cidadãos penaguenses que viram as suas vidas precocemente terminar, numa missão militar nas ex-colónias portuguesas. Pelo que temos conhecimento o número de cidadãos a homenagear é de 17 (dezassete). Pelo que na qualidade de vereador desta Câmara venho propor ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

----- Que seja afixada junto ao estandarte das bandeiras oficiais do concelho de Santa Marta de Penaguião, um painel metálico banhado a bronze, no qual deverão ser inscritos os nomes dos homenageados a cor dourada, com a indicação das datas de nascimento e falecimento, bem como da freguesia de que são oriundos. Aqueles que perdem a vida ao serviço de Portugal, devem ser eternamente recordados pelo país, mas também pelo concelho a que pertenciam. Compete, por isso, ao Município tomar esta iniciativa, convidando as autoridades oficiais, a população em geral, sem esquecer os familiares desses cidadãos, para a devida homenagem, cujas datas proponho que seja uma das seguintes: -----

----- 13 de janeiro, que corresponde à restauração mais recente do concelho; -----

----- 25 de abril, por simbolicamente assinalar o fim da Guerra Colonial Portuguesa; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 17 de julho de 2018



----- 10 de junho, por corresponder ao dia de Portugal; -----

----- No topo do referido painel deverá constar que se trata de uma homenagem realizada pelo Município e pelos cidadãos de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Ponto dois -----

----- Relativamente à Rampa de Santa Marta sou da opinião que no futuro, sejam tomadas as diligências necessárias, para que os stands dos automóveis sejam montados no centro cívico da Vila de Santa Marta de Penaguião, pois deste modo poderá existir uma maior interação entre o evento e a população em geral. E que o jantar oferecido pelo Município seja realizado no espaço da Praça do Município, redobrando, deste modo a visibilidade do evento junto dos nossos cidadãos. -----

----- Ponto três -----

----- Relativamente ao passeio sénior, sou da opinião que no futuro deverá existir maior rigor nas inscrições, uma vez que, uma percentagem com alguma relevância dos presentes não se enquadrava na faixa etária definida, e alguns dos participantes nem sequer residem no concelho. Chamo ainda atenção para que no futuro, deverá existir um cuidado redobrado no que diz respeito ao mobiliário a utilizar, nomeadamente às cadeiras, que deverão ser adequadas para pessoas com limitações motoras, e deverão ser suficientemente resistentes para evitar as quedas que fomos verificando durante o almoço. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 03 de julho de 2018. -----

----- O vereador, Ass: Daniel Teles -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles." -----

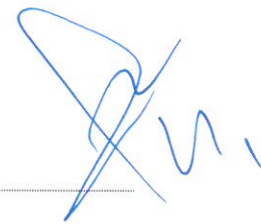
----- Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva e Prof. Urbano Salgueiro Vidal, apresentaram o documento do seguinte teor: -----

----- **Ponto Um** -----

----- Proposta valorizada e a concretizar com a brevidade possível. -----

----- **Ponto dois** -----

----- Sobre este ponto cujo objeto é o evento Rampa de Santa Marta cumpre: -----



----- Em primeiro lugar o Senhor Vereador desconhece por completo as regras deste evento desportivo motorizado. O que sugere é totalmente impossível de concretizar tendo presente as atuais regras. -----

----- O que nós conseguimos, e tem de ser autorizado excecionalmente todos os anos, é a realização das verificações técnicas na sede da Vila. Relembro os mais distraídos que somos os únicos a fazê-lo. -----

----- Relativamente ao jantar oferecido pelo Município importa lembrar ao Senhor Vereador do PSD que ele se destina à comitiva que participa na rampa e tem por objetivo criar laços de amizade e cumplicidade entre todos os atores, valorizando a Rampa de Santa Marta e o Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Pelo exposto, consideramos totalmente desfasada a proposta, pois a visibilidade está garantida com a presença de todos na sede da Vila no sábado de manhã com todos os carros participantes e à noite com toda a comitiva. -----

----- **Ponto três** -----

----- Relativamente ao evento Passeio Sénior, lamentamos em primeiro lugar o facto de o Senhor Vereador PSD não ter publicamente reconhecido o êxito do mesmo. -----

----- No que concerne às inscrições todos sabemos, e no nosso caso sabemo-lo desde 1993, que podem existir sempre situações menos rigorosas. -----

----- Mas, tendo em conta, que o Senhor Vereador do PSD identificou, pelos vistos com muito rigor, deveria, em abono da verdade, ter identificado as pessoas em causa e impedi-las de participar no evento. Isso sim, é que era seriedade política. -----

----- No que respeita ao mobiliário, lamentamos esta observação, pois de acidente ninguém está livre. -----

----- Acresce, que o restaurante em questão cumpre todas as normas de funcionamento. -----

----- No entanto, tomamos bom registo desta observação e para o ano vamos solicitar ao Senhor Vereador do PSD que faça a devida e prévia inspeção ao mobiliário do restaurante que nos irá fornecer a refeição. -----

----- Por último, congratulamo-nos com o enorme sucesso atingido pelos eventos em questão. ----

----- O Presidente e Vereadores eleitos pelo Partido Socialista -----



DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Financiamento da Contrapartida Nacional de Projetos
com Participação de Fundos Europeus
– Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 22 de Junho último, aprovou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, também aprovada, por unanimidade, em 19 do mesmo mês de Junho, autorizar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, no valor de 499.000,00€, junto da **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.**, para financiamento dos seguintes projetos de investimento: -----

PROJETOS DE INVESTIMENTO A FINANCIAR											
Referência do PPI		Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Valor do Investimento	Valor elegível p/comparticipação	Comparticipação Comunitária		Valor do encargo do Município	Valor a financiar pelo empréstimo	Obs	
Objetivo	Projeto/Ação					%	Valor				
	Código	N.º									
2.4.2	09	09/2016	07.01.03.07	Requalificação do antigo Edifício dos Paços do Concelho - Escola de Artes	423 322,56 €	423 322,56 €	85%	359 824,18 €	63 498,38 €	63 000,00 €	a)
2.4.2	13	15/2017	07.03.03.01	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião	450 000,00 €	197 567,44 €	85%	167 932,32 €	282 067,68 €	282 000,00 €	b)
2.4.2	14	16/2017	07.03.03.13	Requalificação das margens da Ribeira d'Arcã e espaço público envolvente	626 951,00 €	626 951,00 €	85%	532 908,35 €	94 042,65 €	94 000,00 €	b)
TOTAL									439 000,00 €		

a) Planos de Ação de Regeneração Urbana - PARU-NORTE - 04 - 2016 - FEDER - 000206

b) Planos de Ação de Regeneração Urbana - PARU-NORTE - 16 - 2016 - FEDER - 10-022

PROJETOS DE INVESTIMENTO A FINANCIAR											
Referência do PPI			Classif.	Designação do Investimento/Obra	Valor do Investimento	Valor elegível p/comparticipação	Comparticipação Comunitária		Valor do encargo do Município	Valor a financiar pelo empréstimo	Obs
Objetivo	Projeto/Ação		Económica Orçamental				%	Valor			
	Código	N.º									
2.4.2	07	07/2016	07.03.03.13	Miradouro - Espaço Douro Vivo	268 311,66 €	268 311,66 €	85%	228 064,91 €	40 246,75 €	40 000,00 €	a)
			07.03.03.13								
2.4.2	10	40/2017	07.01.07	Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História	136 688,34 €	136 688,34 €	85%	116 185,09 €	20 503,25 €	20 000,00 €	a)
			07.01.08								
TOTAL										60 000,00 €	

a) Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) - Norte

----- Na sequência dessa aprovação, através do ofício n.º 553, datado de 25 de Junho do corrente ano, foi comunicada àquela instituição financeira, a decisão tomada quanto à contratação do referido empréstimo e, simultaneamente, a apresentação do clausulado do respetivo contrato de empréstimo a celebrar. -----



----- Nesse sentido, a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.**, apresenta as cláusulas contratuais constantes do documento anexo, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, as quais se encontram de acordo com as condições do convite e da respetiva proposta, pelo que se sugere a V.Ex.^a que as mesmas sejam presentes à reunião da Câmara Municipal com vista à sua aprovação.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, as cláusulas contratuais referentes à contratação do empréstimo de médio e longo prazos, no valor de 499.000,00€ (quatrocentos e noventa e nove mil euros), junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., nos termos da informação dos Serviços.** -----

Financiamento de Projetos de Investimentos

– Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 22 de Junho último, aprovou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, também aprovada, por unanimidade, em 19 do mesmo mês de Junho, autorizar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, no valor de 825.000,00€, junto da **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.**, para financiamento dos seguintes projetos de investimento: -----

Projetos de Investimento a Financiar						
Referência ao PPI			Classif. Económica Orçamental	Investimentos/Obras	Valor do Investimento	Valor a Financiar (Empréstimos)
Objetivo	Projeto/Ação	N.º				
Código						
2.4.1	06	29/2014	07.01.02.03	Habitação Social - Adaptação da Escola da Veiga	75 000,00 €	75 000,00 €
2.4.2	02	32/2014	07.03.03.05	Requalificação do Parque de lazer e Estacionamento em Conciheiro - Sever	140 000,00 €	120 000,00 €
2.4.2	02	08/2015	07.03.03.01	Reabilitação do Bairro dos Retomados - Medrões	235 000,00 €	230 000,00 €
2.4.2	17	19/2017	07.03.03.13	Arranjo Urbanístico Espírito Santo - São João de Lóbrigos	411 000,00 €	250 000,00 €
3.3.1	11	41/2018	07.01.03.07	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião - Aquisição de imóvel	150 000,00 €	150 000,00 €
TOTAL					1 011 000,00 €	825 000,00 €



----- Na sequência dessa aprovação, através do ofício n.º 552, datado de 25 de Junho do corrente ano, foi comunicada àquela instituição financeira, a decisão tomada quanto à contratação do referido empréstimo e, simultaneamente, a apresentação do clausulado do respetivo contrato de empréstimo a celebrar. -----

----- Nesse sentido, a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.**, apresenta as cláusulas contratuais constantes do documento anexo, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, as quais se encontram de acordo com as condições do convite e da respetiva proposta, pelo que se sugere a V.Ex.^a que as mesmas sejam presentes à reunião da Câmara Municipal com vista à sua aprovação." -----

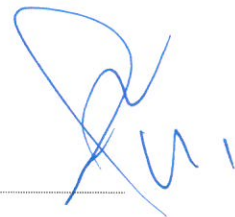
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, as cláusulas contratuais referentes à contratação do empréstimo de médio e longo prazos, no valor de 825.000,00€ (oitocentos e vinte e cinco mil euros), junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., nos termos da informação dos Serviços.** -----

A PODIUM EVENTS, S.A. – “80 VOLTA A PORTUGAL SANTANDER” – Emissão de Parecer

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A PODIUM EVENTS, S.A., com escritório na Av. Eng.º Duarte Pacheco, nº 19 – 6º D, em Lisboa, pretende realizar a prova velocipédica denominada “80ª VOLTA A PORTUGAL SANTANDER” que se realiza de 1 a 12 de agosto, sendo que a prova passará no nosso Concelho no dia 8 de Agosto. -----

----- De acordo com o artigo 7º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de Fafe. -----



----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde realiza esta prova, compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 7º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os nºs 3 e 4 do artigo 8º, deve ter em conta: -----

1. O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----
2. O número de participantes; -----
3. A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----
4. A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do nº 2 do artigo 3º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida." –

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento "80ª VOLTA A PORTUGAL SANTANDER".** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia

29 de junho a 12 de julho de 2018

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 29 de junho a 12 de julho de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 17 de julho de 2018



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	12/07/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	3 411 360,70
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	2 956 167,94
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	455 192,76
Receitas Orçamentais		3 339 889,42	Operações de tesouraria	196 139,96
Correntes	3 120 681,32		Saldo para o dia seguinte:	138 060,81
Capital	219 208,10		Execução orçamental	21 480,53
Operações de tesouraria		211 844,10	Operações de tesouraria	116 580,28
Total		3 745 561,47	Total	3 745 561,47

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no

artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro

– Requerente: Maria Lúcia Cardoso Lourenço Melo

– União das Freguesias de Louredo e Fornelos

----- 6 – Presente à reunião requerimento da Senhora Maria Lúcia Cardoso Lourenço Melo, na qualidade de co-proprietária, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Maria Lúcia Cardoso Lourenço Melo, na qualidade de co-proprietária, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 14 de 17 de julho de 2018



64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar do penedo, com a área de 1812,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 876-B, da extinta freguesia de Louredo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 108. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----


----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
876-B	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível III</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a ampliação de compartes no prédio rústico supra na proporção de 1/6 indiviso a favor de cada um dos seguintes: Ana Patrícia Nogueira da Rocha e Ivo Tomé Ferreira Lourenço. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----



----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a ampliação de compartes no artigo 876-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos do
n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto**

**– Requerente: Marília Elisabete Azevedo Nogueira
Laranjeira – União das Freguesias de Louredo e Fornelos**

----- 7 – Presente à reunião requerimento da Senhora Marília Elisabete Azevedo Nogueira Laranjeira, na qualidade de cabeça de casal da herança indivisa por óbito de Manuel Joaquim, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- **1. INTRODUÇÃO** -----

----- Através do requerimento supra identificado, Marília Elisabete Azevedo Nogueira Laranjeira, na qualidade de cabeça de casal da herança indivisa por óbito de Manuel Joaquim, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores



alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação de $\frac{3}{4}$ indivisos do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar da fraga, com a área de 2.000,00 m², inscrito na matriz predial sob o artigo 1137-C, da extinta freguesia de Louredo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1662. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 91/95, de 2/9, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
1137-C	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços verdes de proteção e salvaguarda</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a ampliação de compartes no prédio rústico supra na proporção de $\frac{3}{4}$ indivisos a favor de Gil Martins Laranjeira. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 1137-C, sem parcelamento físico, situação diferente



daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Cultura**

Comissão de Festas em Honra de S. Lourenço

– Vila Maior – Pedido de Subsídio

----- 8 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra de S. Lourenço, registado sob o n.º 1502 de 11 do corrente mês de julho, com o seguinte teor: -----

----- “A comissão de Festas em Honra de S. Lourenço (Vila Maior), apresenta-se mais um ano, para comunicar a organização da actividade festiva, que irá decorrer, como já é natural, no mês de Agosto. -----

----- Esta actividade, acarreta ao longo dos anos muito esforço e dedicação dos organizadores, contando sempre com o apoio dos residentes e colaboradores, para continuar a manter, tão longínqua tradição! -----

----- No entanto, tal actividade requer alguma logística na organização, nomeadamente a nível processual, estrutural e financeiro. -----

----- Assim, vem esta comissão, muito respeitosamente solicitar, caso seja possível, o vosso



apoio nesta actividade, a fim de se poder concluir com êxito este evento!" -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 750,00€, (setecentos e cinquenta euros), nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- **"DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

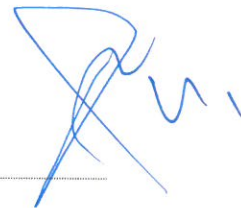
----- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem declarar o seguinte:* -----

----- *Relativamente ao subsídio em apreço, sou da opinião que a comissão organizadora do evento/festividade deverá cumprir as normas do Regulamento para o Movimento Associativo, num subtítulo destinado especificamente a festas tradicionais. Pelo que embora vote favoravelmente, reitero, à semelhança de outras decisões com o mesmo teor, que o Regulamento para o Movimento Associativo deverá ser objeto de revisão criando-se um subtítulo que trate de modo objetivo as regras para a atribuição de apoios financeiros a eventos desta natureza.* -----

----- *Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 17 de julho de 2018.* ---

----- *O vereador, Ass: Daniel Teles* -----

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles."* -----



**Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom
Despacho – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho, registado sob o n.º 1503 de 11 de julho do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Como é hábito, a festa em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho realiza-se no início de Agosto. -----

----- Este ano a festa será de 5 dias, a começar no dia 8 e a terminar no dia 12 de Agosto e como se sabe, uma festa desta natureza traz muitos custos. -----

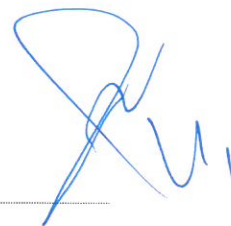
----- Sabemos por experiência dos anos anteriores, que o orçamento da despesa ronda os 28 mil Euros e que para equilibrarmos a contabilidade, necessitamos do auxílio das entidades do concelho, para fazermos um orçamento das receitas que faça face às despesas. -----

----- Sendo esta uma festa tradicional, já muito antiga e muito importante do concelho, tendo em conta a sua durabilidade e os custos que dela advêm, a comissão de festas vem pedir um auxílio à Câmara Municipal, de modo a que possamos pagar as despesas da mesma. -----

----- Sem mais, confiantes de que atenderão ao nosso pedido, os nossos melhores cumprimentos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 750,00€, (setecentos e cinquenta euros), nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a declaração de voto, vertida no ponto 8 da presente ata. -----



Serviço do Desporto

Prova de Ciclismo “Circuito Santa Marta”

– Protocolo com o Clube BTT Trilhos de Penaguião

----- 10 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador do Pelouro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “Constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do desporto e tempos livres, tal como se encontra estipulado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

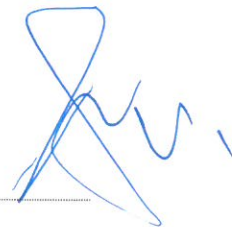
----- Para a sua concretização, é vontade do Município, integrar o ciclismo nas modalidades desportivas que promove e dirigi-la a toda a população, sendo que a realização de uma prova de ciclismo contribuirá, não só para a divulgação da modalidade, mas também para convidar a população alvo a associar-se à prática desta modalidade. -----

----- Considerando que se pretende também projetar o Concelho para além das suas fronteiras, em termos regionais e nacionais, sendo o desporto uma das formas de o fazer, através da realização de eventos desportivos, designadamente, na modalidade de ciclismo. -----

----- Considerando a tradição da realização de uma prova de ciclismo, por ocasião das festas em Honra de N.ª Sr.ª da Guia que tinham lugar na sede da Vila de Santa Marta, importa dar-lhe continuidade dado o sucesso que a mesma teve nos anos anteriores, e que certamente contará com a presença dos amantes, entusiastas, amadores e profissionais desta modalidade, bem como do público anónimo que nesse dia se deslocará a Santa Marta de Penaguião. -----

----- Pretende-se organizar no dia 4 do próximo mês de Agosto, uma prova de ciclismo denominada “Circuito Santa Marta”, em colaboração com o **Clube BTT Trilhos de Penaguião** que assegurará a direção técnica e administrativa da prova, a promoção e a divulgação da mesma junto dos clubes e atletas e das Associações da modalidade, bem como a disponibilização dos juizes de prova e a elaboração e aprovação do respetivo regulamento. -----

----- Ao Município caberá obter as autorizações administrativas necessárias, disponibilizar os meios de socorro necessário, sinalizar o percurso e colocação de gradeamento de proteção na



partida, na meta e demais locais em que se torne necessário, disponibilizar o pavilhão gimnodesportivo. -----

----- Assim, propõe-se ao Executivo Municipal, que delibere: -----

----- 1 – Aprovar, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a concessão de um apoio financeiro ao **Clube BTT Trilhos de Penaguião**, no montante de 2.550,00 euros, destinado a compartilhar nas despesas com a direção técnica, administrativa e dos juizes da prova, bem como para a atribuição dos prémios, seguro, policiamento e outras despesas relacionadas com a prova. -----

----- 2 – Aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre o Município e a **Clube BTT Trilhos de Penaguião**, cuja minuta se anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 2.550,00€, (dois mil, quinhentos e cinquenta euros), bem como, a minuta do protocolo a celebrar entre o Município e a Clube BTT Trilhos de Penaguião, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

XI.ª Xassos Urban Cup – Atribuição de Subsídio

----- 11 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Centro Cultural e Desporto de Fontes, mais uma vez, vai levar a efeito a organização do evento “Xassos Urban Cup (XUC)” nos próximos dias 21 e 22 de julho. -----

----- Sendo este um evento que visa dar a conhecer aos seus visitantes e participantes a Vila de Fontes, e por complemento o concelho. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 14 de 17 de julho de 2018

----- Um dos objetivos principais da Xassos Urban Cup, o que aliado ao facto de, ano após ano, proporcionar um evento único às populações locais e ao público em geral, tem contribuído para o dinamismo do comércio local, especialmente a nível de restauração e hotelaria, ajudando assim ao desenvolvimento económico, e não só, do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Assim, proponho ao executivo municipal a atribuição de um subsídio ao Centro Cultural e Desportivo de Fontes, para a realização daquele evento." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 3.000,00€ (três mil euros), a transferir para o Centro Cultural e Desportivo de Fontes, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 12 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:50 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)